



## A CPT REGIONAL GOIÁS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA (1976-2002)

José Santana da Silva\*

Ao ser instalado o regime militar no Brasil, em 1964, e imposto o bipartidarismo, seguido de medidas proibitivas e repressivas da livre associação política, a organização autônoma dos trabalhadores rurais se tornou praticamente inviável. A partir de 1968, em resposta à radicalização da oposição à ditadura, a violência do Estado de Segurança Nacional se generalizou, atingindo, inclusive, setores genericamente denominados de classe média, tal como ocorreu com parte do clero católico politicamente engajado. Nessas condições, a Igreja se tornaria um dos poucos canais de expressão e espaço de refúgio para os que resistiam ao regime ditatorial.

Esse quadro de repressão, combinado com o aumento da pobreza da classe trabalhadora e a aceleração do êxodo rural, contribuiu para ampliar a abertura político-pastoral experimentada desde o início dos anos 1960, possibilitando a consolidação da “Igreja popular” e o avanço da “teologia da libertação”. Da “Igreja popular”, cuja maior expressão eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), se originaria a Comissão Pastoral da Terra Nacional, em 1975. A partir de então, a entidade passou a desempenhar importante papel como força articuladora dos camponeses, que resistiam à expulsão das terras que ocupavam, proporcionando maior visibilidade política a seus movimentos. Ao mesmo tempo, a nova entidade católica passara a apoiar e induzir os trabalhadores do campo a se organizarem em sindicatos, vistos por seus agentes como a forma de organização da classe trabalhadora por excelência.

Em Goiás, a CPT Regional Goiás<sup>48</sup> atuou tanto no apoio à organização de

---

\* Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

<sup>48</sup> Oficialmente, a CPT Regional Goiás é denominada Comissão Pastoral da Terra Regional Centro-Sul de Goiás. Essa designação vem da época de sua fundação (1976), quando o estado de Goiás ainda não havia sido dividido para dar origem ao estado do Tocantins (1988), e assim foi mantida para evitar a necessidade de alteração dos seus registros junto aos órgãos oficiais e colaboradores financeiros.



trabalhadores rurais assalariados, quanto de camponeses que resistiam à expulsão e de trabalhadores rurais sem-terra. Embora se autodesignasse apenas como “um serviço” aos trabalhadores do campo, a CPT sempre se referenciou em determinadas concepções políticas traduzidas no discurso político-teológico da “teologia da libertação”. Nesse sentido, mais do que uma ação pastoral, a CPT cumpriu um papel de caráter político, intervindo na formação e organização dos trabalhadores rurais. No desempenho dessa função “mediadora”, a entidade sempre se relacionou com os partidos políticos, por vezes assumindo algumas tarefas da organização partidária.

Este texto consiste numa análise da relação da CPT Regional Goiás com a política partidária e da sua função política no período que vai da sua criação ao ano de 2002.<sup>49</sup> Para tanto, foi feita uma breve descrição da origem da Comissão Pastoral da Terra Nacional e Regional, situando-as no processo histórico brasileiro e no curso das transformações experimentadas pela Igreja, a partir da década de 1950, e das mudanças no sistema partidário brasileiro, impostas pelos governos militares (1964-1985). Por último, cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada com base em documentos escritos que se encontram nos arquivos da CPT Regional Goiás – *Boletim Informativo*, depois, *O Plantador*, relatórios de assembleias e reuniões da coordenação da entidade, publicações por ela divulgadas – e em entrevistas de agentes e ex-agentes da pastoral, bem como de trabalhadores rurais e camponeses que militaram em movimentos sociais que lutavam por terra e direito sob orientação da CPT.

### **Origens da CPT Regional Goiás**

Na década de 1970, a Igreja era um dos poucos espaços em que grupos de trabalhadores podiam se reunir para se organizar politicamente. A supressão do direito

---

<sup>49</sup> Trata-se dos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Voluntário de Iniciação Científica – PVIC – da Universidade Estadual de Goiás, financiado com recursos do próprio autor. Participaram da sua execução dois graduandos voluntários do curso de História da Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG em Anápolis, Renato Dias de Souza (hoje, mestre) e Wilson Clério Paulus, tanto nas leituras e discussões da bibliografia quanto no levantamento de dados nas fontes documentais dos arquivos da CPT Regional Goiás. A contrapartida do programa consistiu de uma carga horária de 430 horas assegurada ao autor para a realização da pesquisa.



de livre organização e a repressão praticada pelo governo militar contra os movimentos sociais, bem como a imposição do bipartidarismo<sup>50</sup>, possibilitaram aos agentes católicos exercerem importante papel na articulação política dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores do campo. Papel que só passou a ser esvaziado com o restabelecimento de garantias jurídicas à liberdade de organização, inclusive em partidos políticos, instituídas em consequência da crescente pressão social e política pelo fim da ditadura.

Para tornar sua ação mais eficaz junto aos trabalhadores do campo, um grupo de clérigos e militantes católicos leigos criou a Comissão Pastoral da Terra Nacional em 1975.<sup>51</sup> Em novembro do ano seguinte, num encontro de trabalhadores rurais e agentes de pastoral, também ocorrido em Goiânia, foi fundada a CPT Regional Goiás, que se guiaria pelos mesmos propósitos da CPT Nacional: ‘interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins’ (*apud* Silva, 2003, p. 83). Essa tomada de posição refletiu algumas mudanças na orientação pastoral da Igreja, expressas nas encíclicas do papa João XXIII (1958-1963) e na “constituição pastoral” *Gaudium et spes*, aprovada no Concílio Vaticano II (1961-1965).<sup>52</sup>

Na Igreja da América Latina, as novas orientações foram sistematizadas na conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM – realizada em Medellín, Colômbia, em 1968. Nesse encontro, os bispos estabeleceram, após muito debate, a orientação pastoral da “opção preferencial pelos pobres”. Por seu turno, a CPT fez a “opção preferencial pelos pobres do campo”, como seus agentes costumam repetir.

---

<sup>50</sup> Em 1965, o primeiro governo militar, comandado pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco, baixou o ato institucional nº 2, que extinguiu o sistema pluripartidário e instituiu o bipartidarismo, através do ato complementar nº 4, admitindo a existência de apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e Movimento Democrático Brasileiro – MDB. A primeira era o partido oficial de sustentação do regime, o segundo, admitido como partido oficial de oposição (cf. Alves, 1987, p. 93-94).

<sup>51</sup> A CPT Nacional foi criada com o nome de “Comissão de Terras” num encontro realizado na cidade de Goiânia (Goiás), entre 19 e 22 de junho de 1975, do qual participaram bispos e preladados da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, mais alguns padres e convidados, totalizando 67 participantes.

<sup>52</sup> O papa João XXIII publicou duas encíclicas, a *Mater et magistra* e a *Pacem in terris*. Sobre o conteúdo desses documentos oficiais da Igreja, pode ser consultado Laraña (1995).



Essa opção se inscrevia na perspectiva da “teologia da libertação”.<sup>53</sup> Desde então, os agentes da Pastoral da Terra Regional Goiás atuaram como organizadores e formadores políticos dos trabalhadores rurais nas suas lutas por direitos e por terra no estado. Essa relação lhes possibilitou exercer considerável influência na definição das opções políticas desses trabalhadores.

### **A opção pela política partidária**

Se desde o início de sua história a CPT Regional Goiás apostou na organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, seus agentes só passaram a investir na política partidária a partir do restabelecimento do pluripartidarismo em 1979. Isso se explica por dois motivos principais: primeiro, porque os agentes da Pastoral da Terra não identificavam nos dois partidos oficiais existentes até então – ARENA e MDB – a possibilidade de representarem efetivamente os interesses dos trabalhadores, particularmente a ARENA, que, além de dar sustentação ao regime ditatorial, era a expressão política máxima dos interesses do capital agrário perante o Estado; segundo, porque as instituições partidárias poderiam se tornar concorrentes da entidade, visto que, na segunda metade da década de 1970, era uma das principais organizadoras dos trabalhadores rurais. Porém, com o restabelecimento do pluripartidarismo, por meio da Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos<sup>54</sup>, essa postura não tardaria a mudar.

O prenúncio dessa mudança aparece nas discussões sobre a posição a tomar diante das eleições parlamentares de 1978. Durante a segunda assembleia anual da entidade, realizada naquele ano, os participantes recomendavam aos trabalhadores que evitassem

---

<sup>53</sup> Sobre a corrente teológica denominada “Teologia da libertação”, podem ser consultadas as obras: *Teologia da libertação*, do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez (1975), *Teologia do cativo e da libertação*, do teólogo brasileiro Leonardo Boff (1983), *História da teologia da libertação*, de vários autores (1981), e *Teologia da libertação: um panorama de seu desenvolvimento*, do filósofo, teólogo e historiador argentino Enrique Dussel (1997), além de outros.

<sup>54</sup> A Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979) foi aprovada no último governo militar do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) com o propósito de fragmentar os grupos de oposição que compunham o Movimento Democrático Brasileiro e dificultar o seu crescimento eleitoral. Ao mesmo tempo em que extinguiu o sistema bipartidário e instituiu o pluripartidarismo, a nova lei restringia a livre criação de partidos políticos por meio de critérios rígidos para o reconhecimento oficial de novas agremiações (cf. Alves, *op. cit.*, p. 269ss).



votar nulo ou em branco, defendiam o voto plebiscitário, sob o argumento de que “o voto é também consulta” (Relatório da Segunda Assembleia Anual da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, 3-6/8/1978, fl. 6). Os trabalhadores deveriam votar “contra a situação” (governo militar), ou seja, nos candidatos do único partido de oposição oficializado, o MDB. “Votar contra: não nulo, nem branco, é votar no MDB”, expressa o relatório daquela assembleia. Para justificar tal posicionamento, explicavam: “Em questão de política, não é possível ser neutro. Se afirmo ser neutro já estou do outro lado, já estou do lado dessa situação, assim como fez Pilatos, lavando as mãos”. Contudo, ainda se tratava de uma manifestação de protesto e não de uma decisão que implicasse em assumir a militância partidária.

Ao compreenderem a política como “participação do povo na organização nacional”, os militantes da CPT Goiás encaravam o partido político como *uma* “ferramenta” de luta dos trabalhadores, embora admitissem que o fato de contar com um partido não significava “ter o poder político”, inclusive porque os partidos “existem dentro do sistema” e “o Estado funciona a serviço dos poderes econômicos (o contrário da ideia de muitos, de que o estado é um órgão a serviço do bem de todos)” (Relatório da reunião da Equipe Ampliada da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, 30/9-1/10/1980, fls. 3 e 4). O reconhecimento desse limite da organização partidária fazia com que os agentes da Pastoral da Terra valorizassem mais as organizações e o “trabalho de base”, tendo claro que, “Se o partido não estiver ligado à luta do povo, não conseguirá nada”. A conquista do poder – objetivo estratégico da ação política – se daria “a partir das pequenas lutas concretas”, sendo estas o meio pelo qual os trabalhadores compreenderiam como funciona a sociedade e descobririam “as fraquezas dos capitalistas”. Desse ponto de vista, a discussão política deveria ter como finalidade mudar a sociedade, “não só renovar”, sendo o partido político um instrumento que ajudaria nessa transformação.

Diante dessa crença no potencial político estratégico da organização partidária, caberia questionar: poderia mesmo um partido político cumprir importante papel na luta revolucionária, com vistas à superação das relações sociais dominantes na sociedade



capitalista? A resposta a esta questão pode ser dada a partir da definição de partido e da identificação de suas funções e seu caráter.

Começemos pela proposição de Michels (1982) do que não é um partido político: “Um partido – afirma ele – não é nem uma unidade social, nem uma unidade econômica” (p. 232). Nesse sentido, não pode ser confundido com um clube, com uma associação profissional ou com uma empresa. Segundo esse autor, o partido moderno consiste numa “organização metódica das massas eleitorais” (*op. cit.*, p. 220). Se a razão de ser de toda organização partidária é a conquista do poder institucionalizado, nessa definição Michels deixa de considerar que nem sempre os partidos visam a atingir esse objetivo por meio de eleição. Em certas conjunturas, há aqueles que estão dispostos a tomar o poder ou por meio de revolução ou de um golpe de Estado, utilizando-se da força e não da persuasão dos eleitores mediante divulgação do seu programa de governo e do debate de suas teses políticas em confronto com as dos seus concorrentes.

Outro estudioso da instituição partidária, Jean Charlot (1982), inspirado em Joseph Lapalombara e Myron Weiner, indica as seguintes características que distinguem o partido de outras formas de associação:

1. uma organização durável, ou seja, uma organização cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes no poder;
2. uma organização local bem estabelecida e aparentemente durável, mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional;
3. a vontade deliberada dos dirigentes nacionais e locais da organização de chegar ao poder e exercê-lo, sozinhos ou com outros, e não simplesmente influenciar o poder;
4. a preocupação, enfim, de procurar suporte popular através das eleições ou de qualquer outra maneira (p. 19).

Tomando como referência essa caracterização, o partido político pode ser definido como *uma organização durável, estabelecida em bases locais e articulada nacionalmente, cujos dirigentes almejam a conquista e o exercício do poder estatal em todas as instâncias, contando, para tanto, com sustentação popular*. Embora nem todo partido ultrapasse a “esperança de vida” dos “seus dirigentes no poder” nem se estruture necessariamente em todo o território nacional, esta definição é mais completa do que a



anterior, na medida em que explicita o objetivo dos dirigentes ou lideranças partidárias de conquistar o poder, seja por meio de eleições ou por outras vias, e exercê-lo pelo maior tempo possível. Porém, deixa de mencionar o seu caráter hierarquizado e burocrático, além da sua função de conservar as relações de poder vigentes, através da preservação do Estado.

Segundo Michels, a própria natureza organizativa do partido reproduz em suas fileiras, em escala simplificada, a estratificação e hierarquização existente na sociedade, levando à separação entre dirigentes e dirigidos, com os primeiros se transformando numa verdadeira “oligarquia”. Essa tendência se verificaria mesmo nas associações profissionais, como os sindicatos. A divisão do trabalho em diferentes funções no interior do partido materializa e justifica a hierarquização e a burocratização:

O princípio da divisão do trabalho, impondo-se cada vez mais, as jurisdições se dividem e subdividem. Forma-se uma burocracia rigorosamente delimitada e hierarquizada. A observação rigorosa de regras hierárquicas torna-se o primeiro artigo do catecismo que delinea e define os deveres do partido. Essa hierarquia é o resultado das necessidades técnicas e a condição mais essencial do funcionamento regular da máquina do partido (Michels, *op. cit.*, p. 23).

Além disso, sendo ela própria um produto da divisão social do trabalho que sustenta a sociedade de classes, a organização partidária tende a se autonomizar em relação à classe ou aos grupos sociais cujos interesses se propõe a representar, embora não possam perder completamente esse vínculo. Essa tendência à autonomização pode variar de acordo com a orientação político-ideológica do partido – se conservador, liberal, social-democrata, socialista ou “comunista” – cabendo ressaltar que esse não é um fenômeno exclusivo de partidos que dão sustentação a regimes antidemocráticos. Trata-se de uma tendência comum às democracias eleitorais em que, ao votar, as pessoas alienam o seu poder de decidir sobre os próprios interesses. Michels afirma que os próprios “teóricos da democracia não deixavam de repetir que se o povo, ao votar, faz um ato soberano, ao mesmo tempo renuncia a sua soberania” (*idem*). Isto significa que, na democracia representativa, moldada segundo os interesses da burguesia e da



burocracia, verifica-se, na esfera política, situação análoga à que ocorre na esfera econômica em que os trabalhadores assalariados são alienados tanto da posse dos meios de produção quanto do fruto do seu trabalho, conforme demonstrado por Marx na teoria da alienação do trabalho (2002). A eleição, portanto, ao contrário do que é veiculado pela propaganda dos defensores do sistema representativo, não corresponde ao exercício do poder do eleitor ou do “cidadão” de decidir sobre seu próprio destino, mas sim ao momento em que ele abdica dessa prerrogativa.

Da perspectiva marxista, Viana (2003) define os partidos políticos como “*organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes*” (p. 12). A burocratização decorreria da própria razão de ser dos partidos, qual seja a conquista do poder político. Para atingir tal objetivo, “é necessário ter eficácia” e dispor de recursos humanos e financeiros, submetidos a uma disciplina capaz de garantir a unidade interna sob o comando dos seus dirigentes (p. 13). O caráter burocrático se concretiza na relação entre dirigentes e dirigidos, sendo o poder de decisão monopolizado pelos primeiros, cabendo aos segundos a execução de tarefas a eles designadas. Na democracia representativa, em que é admitido o sufrágio universal, a eleição funciona como um jogo de “dissimulação-simulação” dos reais interesses partidários, especialmente dos partidos que representam hegemonicamente a classe dominante, visto que necessitam dos votos dos trabalhadores, maioria do eleitorado, para legitimar o acesso dos seus representantes ao poder.

O caráter classista dos partidos resulta da própria divisão da sociedade em classes e da luta entre elas, principalmente entre os capitalistas – exploradores – e os trabalhadores – explorados. Ao conquistar o poder político institucional, inclusive por meio de revoluções com participação massiva da classe trabalhadora, a burguesia obteve das demais classes a ela submetidas o reconhecimento da legitimidade do Estado como instância reguladora e controladora das relações sociais. Com isso, a luta das classes exploradas contra a espoliação passou a englobar, também, a luta pelo poder estatal.



Apesar de a classe dominante ter lançado mão de todos os meios (repressão policial, voto censitário) para garantir o monopólio do poder, setores das classes subalternizadas conquistaram o direito de participar da disputa pelos cargos do Estado. Isso conferiu a grupos de indivíduos dessas classes o reconhecimento do direito de organização em partidos políticos, apesar dos limites legais e das dificuldades financeiras enfrentadas por esses grupos para criar e manter um partido (cf. Viana, *op. cit.*, p. 18).

Mas, o reconhecimento do direito de organização em partidos políticos e de disputar os cargos eletivos do Estado não possibilitou às classes exploradas realizar transformações fundamentais na estrutura social e nas relações de poder. Isso decorre do caráter do Estado, cuja função é garantir as condições de reprodução das relações sociais baseadas na hierarquia das classes. Além disso, ao conquistar o poder, a “burocracia partidária” “remete grande parte de seus membros para os quadros da burocracia estatal”, conforme assevera Viana (*op. cit.*, p. 14). Isso leva os integrantes do partido a se conformar à lógica do funcionamento do Estado, para se manterem nos cargos o máximo de tempo possível. Em maior ou menor grau, isso ocorre, inclusive, com os partidos autodenominados “revolucionários” (cf. Michels, *op. cit.*).

Embora identificassem os limites do papel político dos partidos e da democracia representativa eleitoral para a realização dos objetivos das classes exploradas, os militantes da CPT Regional Goiás jamais submeteram a instituição partidária a uma crítica desmistificadora como esta até aqui exposta. Ao contrário disso, na medida em que a crise do regime ditatorial militar se aprofundava e a liberdade de organização política ia sendo ampliada, seus militantes se envolveram, paulatinamente, com a organização partidária. Segundo um ex-coordenador da entidade, os seus integrantes não poderiam se limitar a ajudar os trabalhadores rurais sem-terra a conquistar terra, “pensar a produção e a comercialização”, teriam de “pensar a questão da política, do poder” (Entrevistado A).<sup>55</sup> Isso pressupunha a atuação em partidos políticos, conforme afirmação de um ex-agente da CPT diocesana da diocese da cidade de Goiás: “Nós, a

---

<sup>55</sup> Por não termos autorização expressa dos entrevistados para divulgar seus nomes, eles serão identificados apenas por letras maiúsculas e pela função.



CPT, tanto diocesana como regional, apostamos também no campo político-partidário” (Entrevistado B). Essa aposta se tornou mais explícita, na medida em que importantes figuras do clero católico, engajadas em pastorais populares, manifestavam simpatia pela criação de um partido que catalisasse as demandas sociais e políticas das classes exploradas.

Nesse ponto, cabe ressaltar que essa tomada de posição não era uma situação inusitada na história da Igreja. Embora sempre desejasse ser reconhecida como instituição universal – supranacional e acima das classes e das facções políticas – a Igreja não deixou de abençoar algumas iniciativas, geralmente de leigos, de criar agremiações políticas com a finalidade de defender os seus interesses. Os primeiros “partidos” católicos<sup>56</sup> surgiram na Europa ainda na década de 1840, na França e na Alemanha. No Brasil, conforme Chacon (1985), a primeira tentativa de criação de um partido católico data de 1876, em Pernambuco, como desdobramento da chamada “questão religiosa” (cf. p. 38-45; 263-270). Durante a primeira república (1889-1930), novos ensaios com vistas à constituição de partidos confessionalmente católicos foram realizados, sem obter sucesso. Antes das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933, em vez da formação de um partido em sentido estrito, o alto clero preferiu criar uma Liga Eleitoral Católica – LEC – em 1932, cujos objetivos confessos eram:

1º) instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º) assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, *mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e o compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte* (apud Chacon, *op. cit.*, p. 121; grifos do original).

Assim, pôde abarcar um universo mais amplo de eleitores, candidatos, partidos e facções políticas entre os que disputavam o pleito. O êxito da estratégia se expressou nas proposições católicas inseridas na Constituição de 1934 (cf. Chacon, *op. cit.*, p. 122). A LEC tornou-se o instrumento da ação político-eleitoral da Igreja nas décadas subsequentes, tendo sido oficialmente extinta em 1958. O Partido Democrata Cristão –

---

<sup>56</sup> Cabe ressaltar aqui que naquela época ainda não existiam partidos formais como os atuais.



PDC – fundado em 1945, não mereceu o apoio da hierarquia da instituição.

Uma diferença importante entre a posição dos agentes católicos ligados às pastorais populares das décadas de 1970 e 1980 em relação aos anteriores, está no fato de terem como objetivo declarado a defesa dos direitos das classes subalternas e não mais os privilégios da Igreja. Nos primórdios do engajamento dos agentes da CPT Regional Goiás na política partidária, os participantes da assembléia anual da entidade se perguntavam: “Onde podemos ganhar os nossos direitos e o nosso poder: brigando nas bases, ou como deputados no parlamento?” (Relatório da Assembléia Anual da CPT Regional Centro-Sul, 7-10/8/1980, fl. 6). A resposta indica a priorização da organização nas “bases”, mas sem descartar a atuação no parlamento. Segundo as conclusões contidas no relatório do referido encontro, afirmavam: “o trabalho nas bases é mais importante do que mandar um representante ir falar com os deputados. Os partidos políticos seriam canais para levar a causa [as demandas dos trabalhadores] aos parlamentares, ainda mantendo ligação com as bases” (*idem*). Enquanto alguns participantes defendiam que já estava “na hora da classe trabalhadora se comprometer com um partido”, outros punham em dúvida se os partidos eram “verdadeiros”, isto é, confiáveis, dada a experiência vivida durante os anos de regime ditatorial. Devido a essa experiência e ao fato de os partidos serem historicamente dominados por grupos de interesses estranhos ou antagônicos aos dos trabalhadores rurais, por algum tempo, grande parte deles resistiu a se envolver com a política partidária.

A partir do momento em que os agentes da Pastoral da Terra decidiram se engajar diretamente na militância partidária, a sua preferência foi pelos partidos considerados de esquerda, conforme revela um dos seus ex-coordenadores, já citado: “os seus militantes não são apartidários, os militantes da CPT estão filiados a partidos, geralmente, a partidos de esquerda” (Entrevistado A). Segundo depoimento de um ex-representante de uma diocese junto à coordenação ampliada da entidade, em momentos de eleição, formalmente, por meio de panfletos, a CPT apenas indicava os critérios a serem observados pelos eleitores ao escolherem seus candidatos, sem apontar em quais partidos ou candidatos deveriam votar. Entretanto, com a convivência e o



estabelecimento de laços de confiança mútua, os agentes explicitam sua opção pelos partidos de esquerda. A vinculação ocorre com os próprios trabalhadores ligados à entidade. Tanto assim que, de acordo com o mencionado ex-representante,

os trabalhadores, quando falam que são da CPT, você já sabe que têm uma característica e vão estar apontando para um partido de esquerda. Os partidos que têm a filosofia de uma sociedade diferente, de uma mudança, de não concordar com a realidade ou com esse capitalismo que foi e é mantido pelos partidos que estiveram no poder até hoje, e que preferem que continue assim, com esse capitalismo selvagem (Entrevistado C).

A opção dos agentes decorre da convivência com a realidade dos trabalhadores e da indignação diante da dominação a que o povo está submetido. Conforme explica o ex-representante, “o próprio agente, no dia-a-dia, acaba ficando indignado com a situação do povo e, diante das propostas que têm os partidos de esquerda, ele acaba tendo essa cara e faz com que aponta para nós também que o partido e o rumo é esse”, da esquerda. Essa postura é distinta do posicionamento adotado no início da história da CPT e nos primeiros contatos com os trabalhadores. Segundo o ex-representante, “No início, as coisas [eram] mais leves e, hoje, a Pastoral da Terra, queira ou não, não vou dizer a instituição como um todo, mas os agentes, eles já têm uma cara de alguém que é ligado aos partidos de esquerda” (idem). Essa tendência é confirmada pelo depoimento de outro ex-coordenador da CPT Regional: “A CPT, desde a eleição de 1982<sup>57</sup>, ela apoiou candidatos de esquerda comprometidos com essa questão da reforma agrária” (Entrevistado D). A opção pelos partidos de esquerda refletiu na escolha política dos trabalhadores, conforme declaração de um dos fundadores da CPT Regional Goiás e integrante de sua primeira coordenação: “A militância posterior de trabalhadores oriundos desse trabalho veio para a CUT, vieram para o PT ou senão para o PSTU<sup>58</sup>, o PC do B. Nós não tivemos, quase, casos de trabalhadores que vieram a ter a postura de

---

<sup>57</sup> Em 1982 foram realizadas eleições para vereador, deputados estadual e federal, senador e governador dos estados. Foram as primeiras eleições ocorridas após o restabelecimento do sistema pluripartidário e do sufrágio direto para governador, embora tenha vigorado o voto vinculado, o que significa que, para ter o voto validado, o eleitor deveria votar somente em candidatos do mesmo partido. Naquele pleito, as alianças partidárias foram proibidas.

<sup>58</sup> Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, fundado em 1994, formado, majoritariamente, por grupos leninistas dissidentes do Partido dos Trabalhadores.



partido da burguesia, tipo PMDB” (Entrevistado E).

Na distinção entre partidos de esquerda e de direita, alguns fatores eram tomados como referência: primeiro, a classe à qual pertenciam seus dirigentes e membros de projeção no cenário político; segundo, os interesses que defendiam; terceiro, a sua posição em relação ao governo. Os partidos cujos integrantes representavam os interesses dos patrões e dos grandes proprietários rurais, contrários à reforma agrária, eram considerados inimigos dos trabalhadores. Portanto, além de serem rejeitados, deveriam ser combatidos. Por outro lado, os que se comprometiam com as reivindicações dos trabalhadores e defendiam reformas sociais e políticas mereciam a sua simpatia e engajamento. Ressalte-se, entretanto, que essa caracterização não impedia os agentes da CPT de admitirem a existência de “pessoas boas” em partidos considerados de centro que faziam oposição ao governo militar como, por exemplo, o PMDB. Mas esse reconhecimento era feito com reservas, visto que, majoritariamente, esse partido representava os interesses dos “grandes” e seus integrantes facilmente aderiam ao partido da situação, devido à sua identidade de classe e de interesses.

Para alguns trabalhadores, naquele momento, já era evidente que, caso ingressassem nesses partidos, iriam servir de massa de manobra dos seus dirigentes, “talvez nós nem conseguíssemos crescer mais”, conforme afirmação de um camponês entrevistado (Entrevistado F). Além disso, a dispersão em diversos partidos romperia a unidade construída até então.

Por outro lado, os partidos de esquerda surgidos antes de 1964, mais precisamente o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil – PCB e PC do B –, continuavam proscritos e apresentavam um inconveniente: a identificação com o comunismo. A resistência ou o medo do comunismo ainda era muito forte entre a maioria dos fiéis das comunidades católicas. Esta era uma das razões porque não havia a orientação para que ingressassem naqueles partidos. Diante dessas circunstâncias, os trabalhadores foram sendo convencidos a participarem da fundação de um partido próprio. De acordo com relato de um trabalhador rural e ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR – do município de Itapuranga, antes mesmo da aprovação



da Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o assunto já era discutido. Assim, relembra:

Olha, quando a gente entrou no sindicato, havia uma discussão que teria que ter um partido de trabalhadores, embora a gente nem imaginava que fosse esse PT. [Dizíamos:] ‘Os trabalhadores só vão ter algum espaço maior, quando surgir um partido de trabalhadores’. Havia uma discussão, isso já, tipo [19]78, por aí, já havia uma discussão entre alguns companheiros, mais ainda quando nós entramos pro sindicato (Entrevistado G).

Essa precocidade está relacionada a dois fatores principais: a influência de agentes de pastoral católicos, que atuavam naquele município em consonância com a orientação político-pastoral da diocese da cidade de Goiás, e a experiência de organização impulsionada pelos conflitos por terra verificados na região, decorrentes do enfrentamento com os latifundiários e o Estado. Os fatos e as reflexões daquele momento, geralmente mediadas pelos agentes da Igreja, levaram os trabalhadores mais influentes a acreditarem que “um partido de trabalhadores fosse uma solução para a mudança da sociedade” (entrevista citada). Segundo um dos fundadores do STR de Itapuranga, “dentro dos ‘Grupos de Evangelho’, a Igreja, a gente, já discutia a questão política. Quer dizer que, além do Evangelho, nós também tínhamos a questão política. Então, o pessoal já estava bem avançado. Na década de [19]80 começou [na verdade, antes dessa data, conforme já indicado acima]. Aí, começou a surgir a ideia de criar o Partido dos Trabalhadores” (Entrevistado H). Porém, um outro trabalhador entrevistado ressalta que a iniciativa e as decisões que culminaram na criação do partido naquele município coube aos próprios trabalhadores e não aos membros do clero. Assim, esclarece:

Não, aí foi só o sindicato e os médicos e os professores. Por exemplo, o Sebastião Gontijo, a Perpétua e outros mais, o Toninho, uns outros lá, que ajudaram. A Igreja, nessa hora, ficou neutra. O Isaac [padre] falou: ‘Não, eu não vou interferir, deixa vocês’. Ele mostrava alguma coisa, mas ele não interferiu, não participou de nada. Depois que estava tudo [encaminhado] criou o diretório. Aí, ele já participava, discutindo com o pessoal, mas antes era só nós. Fomos só eu, o finado Alceu, o Vítor Machado e o doutor Orlando que puxamos a frente do partido... Alceu Cornélio, que puxou essa luta aí, depois os outros foram agrupando, foi agrupando, mas, primeiro, foi só a nível de sindicato (Entrevistado F).



Embora no âmbito da Pastoral da Terra se tratasse de eleições e política partidária desde aquela época, as discussões sobre a criação de um partido de trabalhadores só foram incluídas entre as prioridades da entidade quando o pluripartidarismo entrou oficialmente em vigor. A constatação de que “O povo discute muito mais que nós as questões políticas” serviu de argumento dos agentes da CPT Regional Goiás para incluir o assunto entre as prioridades da entidade (Relatório da reunião da Equipe Ampliada da CPT Regional Centro-Sul, 27/2/1980). A opção por criar um novo partido os levou a participarem ativamente na fundação de diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores: “Todos nós sentíamos a necessidade de gerar um partido político que também viesse com uma nova prática. E nós o construímos. E veio anunciando a nossa esperança numa *estrela*”<sup>59</sup> (“Reflexões da Equipe da CPT Regional Goiás”, 11/1990, fl. 2; grifo no original).

A ênfase dessa afirmação poderia indicar que o PT se constituiria numa invenção dos agentes da CPT, mantendo com esta uma relação propriamente orgânica. É certo que tiveram participação ativa na organização do partido no estado, especialmente nos municípios onde exerciam maior influência junto às comunidades de fiéis da igreja local. Entretanto, como ressalva um dos seus ex-coordenadores entrevistados,

A CPT tem se relacionado como parceira, em alguns momentos, como com o PT, em alguns lugares com parlamentares do PT, construindo parcerias interessantes. Em alguns momentos, também, com o PC do B. Aqui em Goiás, geralmente são os dois que se conseguem, minimamente, fazer uma parceria de atividades, de ações, proposições de audiências públicas, algumas coisas nesse nível. Então a CPT vê a importância dos partidos políticos de esquerda como instrumentos que somam no fortalecimento das organizações dos trabalhadores. E as ligações da CPT com os partidos, elas não são ligações orgânicas, mas são como parcerias (entrevistado A).

Do ponto de vista dos agentes, a não organicidade é necessária para preservar a autonomia da CPT perante os partidos. Segundo um outro ex-militante da CPT diocesana da cidade de Goiás, essa relação é “complicada porque, aqui, quem é o

---

<sup>59</sup> A estrela é o símbolo do PT.



partido? Aqui, eu sou o PT, os membros da CPT toda são PT. Só que a gente nunca fala como PT, nunca faz um encontro só dos agentes filiados ao PT sobre política, sobre o partido” (Entrevistado I). Todavia, essa situação não impede que eles sempre atuem dentro do partido de forma unitária, vinculados a uma tendência interna, geralmente a hegemônica. Essa unidade é mais explícita em momentos de disputa com as demais tendências.

Certo é que, a vinculação da maioria dos agentes da Pastoral da Terra e de comunidades de base da Igreja católica àquele partido aparece de forma tão evidente que ele passou a ser identificado pelos próprios trabalhadores como o ‘PT do sindicato da Igreja’ ou ‘do padre’. Essa identificação que, às vezes, é mencionada pelos próprios agentes de maneira cômica, se expressa nas primeiras deliberações da entidade em relação ao partido. Foi assim que, ao constatarem que o povo discutia mais política do que eles, na época em que o PT estava em formação, passaram a tratar de assuntos internos do partido, tais como: o propósito de sua direção de “continuar o trabalho de base”; “a importância do registro” partidário para ser oficialmente reconhecido pela justiça eleitoral e a posição do partido em relação aos senadores eleitos indiretamente, criticamente denominados ‘biônicos’<sup>60</sup>, que queriam se manter no poder indefinidamente (Relatório da reunião da Equipe Ampliada, doc. cit.).

Para tentarem desfazer a confusão entre partido, sindicato e igreja, foi aprovada numa assembleia extraordinária da entidade a elaboração de uma “cartilha de conscientização sobre os partidos políticos” (Relatório da Assembléia Extraordinária da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, 6-8/1/1981, fl. 8). Na verdade, em vez de confeccionar uma cartilha própria, foram utilizadas publicações como os *Cadernos de idéias do povo trabalhador*, produzidos pelo Centro de Reflexão e Documentação (CRD) de Goiânia (Goiás). Nos números 2 e 3 desses cadernos, as diferentes formas de

---

<sup>60</sup> A eleição indireta de um terço dos senadores foi instituída em 1977, pelo governo do general Ernesto Geisel, por meio da emenda constitucional nº 8, como parte do que ficou conhecido como “pacote de abril”. Os colégios eleitorais estaduais eram compostos pelos deputados e vereadores. O objetivo da medida era manter o Senado Federal sob o controle do poder executivo, diante do crescimento do número de parlamentares eleitos pelo partido de oposição oficial, MDB, tendência verificada nas eleições de 1974 (cf. Alves, *op. cit.*, p. 194-195).



organização sociopolíticas são apresentadas como “ferramentas”, entre elas incluindo-se o sindicato e o partido político.

A criação do PT e a progressiva ampliação do direito de voto colocaram a política partidária definitivamente na agenda da CPT Regional Goiás, mais precisamente em função das eleições. A própria formação política realizada pela entidade, passou a ter as eleições como um dos temas mais importantes. Desde o esforço inicial para a formação do Partido dos Trabalhadores no estado de Goiás, o objetivo era dispor de uma “ferramenta” para participar do jogo eleitoral. Acreditava-se que o acesso ao poder, via eleitoral, era condição necessária para os trabalhadores conquistarem os direitos há muito reclamados. Dentre esses direitos, o mais importante para os trabalhadores rurais seria o do acesso à posse da terra, para cultivar e morar, por meio da reforma agrária. Para tanto, era preciso tirar o poder das mãos dos latifundiários e demais representantes da classe dominante, através do voto, partindo das seguintes constatações:

Quem está no poder são os latifundiários, banqueiros, industriais etc. Eles chegaram ao poder pelo voto. Muito trabalhador ainda vota no grande. Mas agora eles fazem, não o que prometeram, mas o que é bom para a classe deles.

É por isso que os latifundiários (que também estão no poder) não vão fazer uma reforma agrária que, de fato, interessa aos trabalhadores.

Para mexer na [concentração da propriedade da] terra tem que mexer no poder dos latifundiários. Os grandes não vão ceder sem a organização e a força política dos trabalhadores...

Com tudo isso, vai ficando claro para os trabalhadores que a luta tem que ser, também, para conquistar o poder (Boletim Informativo da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, nov./dez. 1985, p. 5-6).

A reforma agrária estava na pauta da CPT desde sua fundação. Para seus agentes, o acesso à posse da terra seria a solução, inclusive, para os males sociais que afetavam os trabalhadores rurais assalariados, especialmente os *boias-frias* (cf. Silva, *op. cit.*, p. 139-140).<sup>61</sup> Mas a viabilização desta e de outras demandas passaria pela ascensão dos representantes dos trabalhadores ao poder institucional. Por isso, a conquista do poder é considerada uma meta, de acordo com um ex-coordenador da Pastoral da Terra

---

<sup>61</sup> Uma crítica a esse posicionamento encontra-se em Grzybowski (1987, p. 71).



Regional Goiás já citado. Assim, ele explica:

Olha, nós não temos o objetivo só de ajudar a conquistar terra, temos o objetivo também de pensar a produção, pensar a comercialização, e, quem sabe, depois de vencer o estágio da produção e da comercialização, a gente vai começar a dizer: nós também podemos pensar a questão da política, do poder. Aí as pessoas vão poder compreender essa linguagem: pensar a conquista [da terra], pensar a produção, pensar a comercialização, e o próximo estágio não seria pensar a questão da conquista do poder político? (Entrevistado A).

Essa expectativa havia levado os agentes da CPT Regional Goiás a estimularem os trabalhadores a participarem da formação do PT. A eficácia das lutas se tornaria maior se exercessem o poder por meio de seus representantes de classe. Na avaliação da entidade, durante “toda nossa história os trabalhadores” foram “levados a crer na sua incapacidade, na impossibilidade de poderem participar de qualquer decisão” que lhes interessasse, conforme se lê num editorial do seu Boletim Informativo (nº 8, 1985, p. 1). Somente os próprios interessados poderiam romper com essa continuidade secular. Pois,

Para os dominantes, é bom que os trabalhadores não saibam, não aprendam e não exijam a solução dos problemas. Por isso, a história dos trabalhadores se traduz numa espera histórica. Esperar para que alguém traga a solução dos problemas. E quando essas esperanças ilusórias vão morrendo, os meios de comunicação cumprem ‘sua função’ de criar novas esperanças (Boletim Informativo, idem).

Com o propósito de contribuir para mudar o curso dessa história, os agentes da CPT Goiás promoviam cursos de formação de lideranças para atuarem nas organizações de base (sindicatos e associações) e como militantes do partido político, tornando-se, eventualmente, candidatos. Em anos eleitorais, enfatizavam a importância da escolha dos candidatos comprometidos com as causas populares, especialmente com a reforma agrária. Trata-se da orientação para votar certo, ou seja, votar “em companheiro que tem compromisso com os trabalhadores, que defende a luta, defende a causa, não naqueles que são contra” as reivindicações da classe (Entrevistado J). De modo geral, esses “companheiros” são candidatos pelos partidos considerados de esquerda, principalmente pelo PT, mas nem sempre são indivíduos da própria classe.



### **A consolidação da opção eleitoral**

Para bem explicitar a atuação dos agentes da CPT Regional Goiás junto aos trabalhadores rurais em função das eleições, convém destacar o seu posicionamento e suas ações nos pleitos ocorridos nos anos de 1986, 1989 e 2002. Nesse período de uma década e meia, os militantes da Pastoral da Terra passaram de uma atuação escrupulosa à indicação de candidatos dos seus próprios quadros, transformando sua sede em comitê eleitoral. Decisão que reflete um dos paradoxos do discurso em defesa do protagonismo dos trabalhadores na sua luta pela autoemancipação social, ainda que os candidatos possuam vínculo político com a classe. Alguns trabalhadores formados segundo a orientação da CPT também foram candidatos na eleição de 2002 e nas anteriores. No entanto, a entidade não os adotou como sendo seus candidatos.

### ***As eleições de 1986 e a participação no congresso constituinte***

Para a CPT, a importância das eleições de 1986 estava no fato de que, naquele ano, foram escolhidos os deputados e senadores constituintes, que elaborariam a atual constituição federal brasileira, promulgada em 1988. Na nova “carta magna” deveriam ser formalizadas as conquistas democráticas que puseram fim ao regime militar que vigorou no país por duas décadas. Embora se empenhasse na inclusão de todos os direitos sociais e políticos demandados por toda a classe trabalhadora, a reforma agrária mereceu atenção especial dos agentes da CPT. Nesse momento, a tendência à institucionalização da ação política se tornava mais evidente, ao empenhar todas as suas energias no esforço de eleger o máximo de candidatos comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Inicialmente, deliberaram por sugerir às “entidades e pessoas preocupadas com a constituinte” as seguintes ações:

1º [Fazer] plenárias, comitês e reuniões para discutir e se conscientizar sobre o valor de uma nova Constituição.

2º Elaborar sugestões do que deve entrar na Constituição, a partir dos nossos problemas concretos.

3º Fazer um *levantamento dos candidatos das regiões, denunciar os que têm*



*assumido uma postura contra os trabalhadores e apoiar candidatos que tenham compromisso com a luta dos trabalhadores* (Boletim Informativo da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, jan. 1986, p. 3; grifos acrescidos).

Para estimular o desenvolvimento do primeiro ponto, a CPT Regional Goiás utilizou o seu boletim<sup>62</sup> para divulgar as atividades realizadas por pastorais sociais da Igreja e por dioceses cujos bispos tinham compromisso manifesto com as lutas dos trabalhadores; por entidades sindicais, associações populares e entidades de educação popular. Como parte dessa campanha pelo envolvimento popular nos debates sobre o papel do futuro congresso constituinte e nas eleições dos parlamentares que o comporiam, o informativo *O Plantador* noticiou um encontro de mulheres realizado no STR do município de Ceres, “Mulheres se reúnem no sindicato de Ceres”, apresentando detalhes sobre a dinâmica do evento: “Debates em pequenos grupos, no grupão e encenações sobre as constituições brasileiras foram o fio condutor do encontro” (*O Plantador*, mai./jun. 1986, p. 2). De acordo com a matéria, as participantes se comprometeram a continuar os estudos sobre o assunto, lendo, discutindo nas comunidades locais e em novo encontro previsto para o segundo semestre daquele ano. Por fim, o periódico faz um apelo à participação das mulheres: “Companheiras, vamos nos unir e participar, fazendo valer nossas opiniões!” (idem). Além de registrar o acontecimento, a divulgação desse tipo de evento cumpria o objetivo político de induzir os trabalhadores a se integrarem na mobilização pela eleição de candidatos comprometidos com os interesses da classe e pela inclusão de suas demandas na nova constituição.

O estímulo a esse envolvimento era feito, também, através de alerta sobre a possibilidade da formação de um congresso constituinte conservador. O prognóstico se baseava no fato de o presidente da república ter convocado um congresso e não uma assembléia constituinte. Segundo a entidade, “O motivo fundamental” estaria no modo “como o próprio governo convocou o congresso constituinte, impedindo a participação popular, através de uma verdadeira Assembléia Nacional Constituinte” (*O Plantador*,

---

<sup>62</sup> A partir de maio/junho de 1986, o Boletim Informativo passou a ser denominado *O Plantador*.



jul./ago. 1986, p. 2). À época, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – intelectuais e partidos de esquerda e militantes de movimentos populares acreditavam que uma assembléia nacional constituinte, eleita exclusivamente para elaborar a nova constituição, composta inclusive por representantes dos setores sociais organizados em sindicatos, associações diversas e instituições não partidárias seria mais representativa da sociedade civil e mais aberta às demandas das classes subordinadas do que um congresso constituinte, formado exclusivamente por deputados e senadores eleitos por partidos políticos e com funções divididas entre o trabalho legislativo cotidiano e a elaboração da nova constituição, conforme prevaleceu. Os efeitos negativos de um congresso constituinte, predominantemente conservador e impermeável à participação popular, seriam agravados pela criação de uma “comissão de ‘notáveis’” pelo presidente da república, José Sarney (1985-1990), para elaborar “um esqueleto da constituição sem a participação dos trabalhadores” (*idem*). Assim, concluiu *O Plantador*: “Portanto, sem mobilização popular e sem deputados e senadores comprometidos com as lutas populares, não há esperanças” (*idem*).

Apesar do prognóstico pessimista, reforçado pela “campanha bilionária” dos candidatos de partidos representantes dos interesses da classe dominante, a CPT Regional Goiás insistia no esforço de convencer os trabalhadores a se engajarem na mobilização por uma constituição que contemplasse as suas demandas. Assim, informava na referida matéria do seu periódico:

Por outro lado, comunidades, sindicatos, associações e grupos de trabalhadores já estão provando que podem participar de forma direta neste processo, reunindo, discutindo e apresentando propostas, bem como definindo por candidatos que realmente fazem parte da luta da classe (*O Plantador, idem*).

Quanto aos temas de interesse dos trabalhadores que deveriam ser incluídos na nova constituição, a CPT Goiás, priorizava as medidas referentes à estrutura fundiária e à política agrícola para os pequenos produtores, bem como os direitos sociais. Para a entidade, tratava-se de aproveitar a oportunidade para tornar a reforma agrária um preceito constitucional e de garantir a função social da propriedade e uso da terra. Para



tanto, propunham: o estabelecimento de área máxima para as propriedades rurais, variando de acordo com a região, desde que não ultrapassasse os 500 ha; proibição da especulação imobiliária com as terras agrícolas; nacionalização das terras das empresas multinacionais e destinação para programa de reforma agrária; garantia de política agrícola para os pequenos agricultores, “com incentivo à produção de alimentos para o consumo interno” (*O Plantador*, mai./jun. 1986, p. 2). Os pontos referentes à reforma agrária foram detalhados numa proposta de iniciativa popular, que colheu mais de um milhão de assinaturas de eleitores em todo o país, apresentada ao congresso constituinte em 1987. A CPT foi apenas uma dentre as várias entidades e movimentos que encaminharam essa proposta, que foi rejeitada pela maioria dos parlamentares constituintes.

A escolha dos candidatos ao congresso constituinte deveria levar em conta o seu compromisso com as demandas expressas nessas e outras propostas, além de outros critérios. Ao fazer o levantamento dos candidatos da região, os trabalhadores deveriam verificar:

a) Caso já exercessem algum mandato como deputado ou senador:

- Se haviam votado contra a emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para presidente da república em 1984, a emenda das “Diretas já!”;
- Se tinham votado contra o projeto de emenda constitucional de convocação de uma assembleia nacional constituinte “livre e soberana” e apoiado o projeto do governo de um congresso constituinte;
- Se já haviam feito “alguma coisa para melhorar a situação dos trabalhadores na sua região” e tinham tomado atitudes contrárias aos interesses da classe.

b) Independente de exercerem cargos eletivos:

- Identificar a classe social à qual pertenciam;
- Avaliar o modo como tratavam os trabalhadores;
- Se apoiavam ou eram contra a proposta de “Reforma Agrária dos



trabalhadores” (*O Plantador, idem*).

Para a CPT Regional Goiás, tratava-se de “conscientizar” os trabalhadores para votarem de acordo com sua condição de classe explorada. As orientações para um voto classista continuaram por todo o período eleitoral, repetindo-se em todas as eleições subsequentes, como já havia ocorrido nas anteriores à escolha dos parlamentares constituintes. No mês que antecedia ao da votação, a entidade publicou “Os 10 mandamentos do eleitor”, elaborados pela Comissão pró-Constituinte da Arquidiocese de Goiânia. Dentre as exortações sobre “em quem votar”, destacam-se as seguintes:

“Em candidato que respeita, defende e apoia uma justa distribuição da riqueza, da cultura e da educação.

“Em candidato de partido que põe em prática o compromisso com os direitos dos pobres, marginalizados e oprimidos.

“Em candidato que defende a participação do povo nas decisões políticas, na aplicação dos recursos do Estado, dos empregados nos lucros das empresas e no direito de todos à propriedade da terra, e para construir uma sociedade justa” (*O Plantador, set./out. 1986, p. 9*).

O perfil dos candidatos nos quais os trabalhadores não deveriam votar também foi traçado. Assim, orientava, por exemplo, a não votarem em candidatos ricos ou apoiados por latifundiários ou grandes empresários; os que gastavam “‘rios’ de dinheiro em propaganda” também deveriam ser rejeitados, bem como naqueles que, durante a campanha eleitoral, falavam “muito sobre os interesses do povo”, faziam promessas, mas, após eleitos, se afastavam do povo e nada faziam “em favor da população” (*idem*). Apesar de todo o empenho para convencer os trabalhadores “e o povo em geral” a votarem “certo”, numa avaliação das atividades desenvolvidas durante o ano de 1986, os agentes da CPT Regional Goiás chegaram às seguintes conclusões:

“Ganha as eleições quem tem poder econômico e estrutura partidária nos municípios para fiscalizar as eleições, levar as propostas do seu partido e apresentar os seus candidatos.

“Os trabalhadores e o povo em geral ainda não entenderam o que significa o seu voto. Acabam trocando-o pelo imediato (comida, camisa, botina, favores etc.).

O resultado das eleições nos mostrou que os trabalhadores mesmo sendo maioria elegeram deputados estaduais, federais e senadores que são



latifundiários, banqueiros e grandes comerciantes. O nível de consciência é ainda muito frágil. Foi eleito (sic) um deputado federal e dois estaduais ligados à luta dos trabalhadores.

“Ninguém se preocupou em ensinar a votar – resultado: muita gente votou em branco.

Nós ainda desenvolvemos um trabalho sem muita clareza política. Devemos aumentar o trabalho junto aos movimentos populares, na formação, organização dos trabalhadores” (Reunião da Equipe Ampliada, 28-30/11/1986, fls. 1 e 2).

Essas conclusões são reveladoras, por um lado, da importância conferida pelos agentes da CPT Regional Goiás à política institucional e, por outro, da frustração diante dos resultados das eleições, o que, segundo sua avaliação, demonstraria o baixo nível de consciência política dos trabalhadores e a necessidade de serem mais explícitos no trabalho de formação política. Conforme depoimento de um ex-coordenador da entidade, “avaliações homéricas” como essa, foram feitas depois de cada eleição. Alguns tendiam a encarar os resultados como “traição por parte dos trabalhadores”, mas, na medida em que estendiam a reflexão, acabavam admitindo que não se tratava de um ato de deslealdade, a falha estaria na “metodologia” empregada na orientação que teria sido inadequada. Assim, ele explicou:

Porque nós não somos políticos profissionais, nós, inclusive, somos amadores na arte de fazer política e somos amadores, também, em organização popular na linha da política profissional. Porque um político profissional, às vezes, chega com *marketing*, com dinheiro, e na última hora ele ganha a eleição. Então, a gente costuma pensar assim, que a política, uma eleição, é um processo que tem começo e fim, e não é. Uma campanha eleitoral faz parte, é uma etapa de um longo processo de conversão, de transformação da sociedade e das pessoas, e aí, não dá para você exigir que com um mês, dois de campanha, você indo lá uma ou duas vezes, entregando um panfletinho, um “santinho” de político ou pedindo para trabalhador rural votar nesse ou naquele candidato, com uma ou duas visitas, você quer que ele mude uma *performance*, uma caminhada dele de trinta, quarenta anos de exploração, de dominação, de mando (Entrevistado D).

Embora reconhecesse o peso das relações de dominação no condicionamento da consciência dos trabalhadores, esse ex-coordenador acreditava que, com uma ação política planejada e explicitamente direcionada para a conquista do poder por meio de eleições, seria possível superar essa consciência contraditória. Essa crença coincide com



a tese leninista (antes, socialdemocrata) no que se refere ao desenvolvimento da consciência revolucionária da classe operária. Segundo Lênin, tal consciência “só pode ser introduzida do exterior” pela sua vanguarda intelectual socialista (Lênin, 1975, p. 41). De modo semelhante, Gramsci atribui aos “intelectuais orgânicos”<sup>63</sup> da classe a tarefa de desenvolver nos seus integrantes uma “concepção do mundo coerente e unitária” (1991, p. 21). Segundo ele,

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: *uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se* (em sentido lato); e *não existe organização sem intelectuais*, isto é, sem *organizadores e dirigentes*, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica (idem; grifos meus).

Essas concepções de Lênin e Gramsci, é necessário dizer, contradizem a primeira tese da Associação Internacional dos Trabalhadores de “que a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores” (Marx *in*: Marx e Engels, 1980, p. 11), ou seja, autoemancipação. O que pressupõe o desenvolvimento da sua consciência no processo da luta de classes, não podendo ser inculcada de fora por outros agentes. Historicamente, a concepção leninista, da qual Gramsci é herdeiro, ao contrário do que ambos afirmavam, teve como efeito a substituição de uma classe dominante – a burguesia – por outra – a burocracia –, reproduzindo, portanto, as relações de dominação que propugnavam abolir.

Com a pretensão de contribuir para a superação da consciência alienada dos trabalhadores rurais sob sua orientação, os agentes da CPT Regional Goiás elegeram como prioridade na sua 9ª assembleia “a informação e a formação política partidária em vista da participação efetiva do povo na vida política e no partido” (Conclusões da nona assembleia da CPT Centro-Sul de Goiás, 18-21/6/1987, fl. 3). Para atingir tal objetivo,

---

<sup>63</sup> Na acepção de Gramsci, os “intelectuais orgânicos” constituem um grupo social cuja função é dar à classe social à qual está vinculado “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (1989, p. 4). Caracterização mais ampla dessa categoria se encontra nas obras citadas ou nos volumes 1 e 2 de *Cadernos do cárcere*, publicados pela editora Civilização Brasileira.



seriam realizados “cursos de Fé e Política e Bíblia para despertar a consciência de que o trabalhador tem mais capacidades do que só trabalhar”. Tratava-se de aproveitar a sensibilidade dos trabalhadores à mensagem bíblica, através da analogia entre os fatos narrados no livro sagrado e a sua “vida concreta” para levá-los a assimilar a necessidade de se engajar na militância político-partidária.

As frustrações com os resultados das eleições de 1986 e a derrota do projeto de reforma agrária de iniciativa popular no congresso constituinte, não foram suficientes para fazer os agentes da CPT desistirem da institucionalização das lutas dos trabalhadores rurais. Ao contrário disso, reafirmaram sua crença na eficácia do sistema representativo como meio de a classe alcançar o poder e tornar possível a satisfação das suas demandas coletivas. Essa tendência se confirmou quando da realização da primeira eleição direta para presidente da república, depois da ditadura militar.

### ***A aposta na eleição para presidente***

Em 1989, os agentes da CPT Regional Goiás entraram de corpo e espírito na campanha eleitoral do candidato do PT à presidência da república, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Ainda no final do ano anterior, de certo modo, a entidade iniciara a campanha em favor do referido candidato, ao fazer uma projeção sobre a possibilidade de ele passar ao segundo turno da eleição (cf. *O Plantador*, nº 34, nov. 1988, p. 2). Dado o comprometimento com essa candidatura, as referências aos demais postulantes e partidos foram sempre negativas. Em matéria do periódico oficial da entidade, de janeiro de 1989, “Chegou a hora de votar para presidente”, afirmava:

Os candidatos são muitos: PT, PDT e PSDB [Partido da Social-Democracia Brasileira, fundado por dissidentes do PMDB em 1988] já escolheram seus nomes. O PT, fortalecido pela vitória eleitoral de novembro [eleições municipais], vai apresentar o nome de Luiz Inácio LULA da Silva. O PDT, evoluindo para a direita, vai disputar através de seu chefe: Leonel Brizola. O PSDB apresentará o nome de Mário Covas também em evolução para a direita. No PMDB o tempo está fechado e a



briga para escolher o candidato promete ser animada e certamente provocará um racha neste partido que hoje é a vanguarda do conservadorismo (*O Plantador*, nº 36, 15-30/1/1989, p. 2).

Após o aparecimento do candidato Fernando Collor de Melo, que viria a ser o principal concorrente de Lula da Silva, disputando com ele o segundo turno, tendo conseguido se eleger presidente, a CPT Regional Goiás o incluiu entre os alvos de suas críticas. Em uma pequena nota em que criticava a ‘grande imprensa’ pela promoção do nome de Collor de Melo, apresentava alguns dados da sua biografia política: “um legítimo representante da oligarquia açucareira do Nordeste – que fez sua imagem política através de uma fictícia e demagógica luta contra os ‘marajás’ e que abriu mão de milhões de dólares do Banco [do estado] de Alagoas em benefício dos usineiros de seu Estado” (*O Plantador*, nº 44, 15-30/5/1989, p. 2). Em seguida, noticia o lançamento da candidatura de Lula na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, onde iniciou sua militância como dirigente sindical na década de 1970, reproduzindo sua promessa de ‘mudar a cara do Brasil’.

O crescente envolvimento da CPT Regional Goiás na campanha pela eleição do candidato do PT transformou seu órgão oficial de divulgação em verdadeiro veículo de propaganda eleitoral. A tônica das matérias que tratavam do tema se repetia em todas as edições: crítica aos adversários e seus partidos e ênfase nos compromissos de Lula com as demandas dos trabalhadores. Foi assim ao relatar o lançamento de sua candidatura na cidade de Goiânia, onde se encontrou com lideranças dos trabalhadores rurais, que apresentaram a Lula um documento em que solicitava dele o compromisso com a realização da reforma agrária, caso fosse eleito. Após reproduzir trecho do discurso do candidato em que se comprometia com essa demanda, informou: “Durante o discurso com os sindicalistas rurais, Lula falou que o documento que havia recebido faria parte do programa de governo da Frente Brasil Popular [coligação formada pelo PT e demais partidos que sustentavam sua candidatura]” (*O Plantador*, nº 46, 15-30/6/1989, p. 2).

Dado o intenso engajamento na campanha eleitoral e a crença na possibilidade de vitória de Lula, a sua derrota causou uma profunda frustração nos agentes da CPT Regional Goiás. Esse resultado acelerou a crise de identidade da entidade que já se



arrastava desde a liberalização do regime militar com o restabelecimento do pluripartidarismo. A partir de então, mais do que antes, tornou-se recorrente o discurso de retorno ao “trabalho de base”, abandonado à medida que crescia o envolvimento dos militantes da Pastoral com a política institucional. Entretanto, isso não impediu que em 2002 lançasse candidatos a deputado estadual e federal pelo Partido dos Trabalhadores.

### ***2002: a CPT Regional “lança candidato próprio”***

Antes de 2002, os agentes da CPT Goiás apoiavam candidatos, quase sempre do PT, para os diversos cargos eletivos, mas a unanimidade só ocorria em torno dos candidatos aos cargos do poder executivo (governador de estado e presidente da república). Nas eleições daquele ano a entidade tomou a decisão consensual de lançar dois de seus agentes candidatos: Antônio Pereira de Almeida, o Antônio Baiano (ex-coordenador, então assessor da entidade), para deputado estadual, e José do Carmo Siqueira, para deputado federal. Como confirmou o próprio ex-coordenador candidato, essa era “a primeira vez na história” que a CPT assumia, “em Assembleia a defesa de uma candidatura a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores” (Entrevistado A). Ele completa: “seus agentes na sua individualidade apoiavam os candidatos do PT, a maioria, mas nunca teve assim uma postura de assumir candidatura, defender candidatura explicitamente, e dessa vez a CPT faz isso”. Naquele ano, uma das salas da sede da entidade funcionou como um comitê eleitoral de ambos os candidatos.

Nesse ponto, cabe ressaltar que, embora o advogado e ex-assessor da CPT, José do Carmo, tenha tido sua candidatura sancionada pela assembleia da entidade pela primeira vez, ele já havia concorrido a uma vaga no parlamento pelo PT anteriormente, sem o referendo oficial dos integrantes da Pastoral, mas contando com seu apoio individual. Segundo o ex-coordenador, a decisão de indicar candidatos próprios foi importante para “convencer os trabalhadores de que pode ter uma ação diferenciada” no parlamento em favor da classe. Dessa forma, a CPT Regional Goiás assumiu o papel de um semipartido, ainda que não tenha passado a desempenhar todas as funções típicas de



uma instituição partidária. Se, antes disso, os seus críticos, dentro e fora da Igreja, já encontravam motivos para acusá-la de ser “um braço do PT”, a partir de então, mais do que nunca, o vínculo parecia se confirmar.

Ainda no início da década anterior, no “Relatório das visitas da Coordenação Regional” da entidade a alguns bispos do estado, ficou registrado que o chefe da diocese de Formosa, Dom Vítor, “Considerou que não há distinção entre o trabalho da CPT e do PT”, complementando “que houve casos de agentes pastorais que fizeram o trabalho de conscientização político-partidária pró-PT” (Relatório das visitas da Coordenação Regional da CPT aos bispos, nov. 1991, fl. 2). O bispo da diocese de Itumbiara, Dom José, expressou opinião semelhante, criticando a ligação da Pastoral da Terra com o Partido dos Trabalhadores, “principalmente através do jornal O Plantador”, que só traria “notícias de parlamentares petistas”. Esses clérigos são tidos pelos militantes da CPT Regional Goiás como conservadores. Por esse motivo, geralmente, minimizam a importância de suas posições. De qualquer modo, nessas igrejas locais dirigidas por bispos conservadores, os agentes da entidade enfrentam maior dificuldade para desenvolver suas ações de organização e mobilização dos trabalhadores. Já nas dioceses dirigidas por bispos “progressistas” ou considerados de “esquerda”, geralmente, o trabalho era facilitado.

## Conclusão

Embora o envolvimento dos agentes da CPT Regional Goiás com a política partidária tenha ocorrido de forma progressiva, até o ponto de decidirem lançar candidatos próprios para deputado, essa relação foi marcada por dúvidas, desconfianças e descontentamentos, inclusive com o PT. Além disso, apesar de considerarem a política institucional um meio inevitável para a concretização da conquista dos direitos dos trabalhadores, sempre admitiram a atuação no espaço institucional com reservas. Daí o discurso recorrente da priorização do trabalho de base para expandir e intensificar a organização sindical e, secundariamente, em outras formas de associação. Por isso,



durante algum tempo temeram o vanguardismo típico dos partidos de esquerda tradicionais, mais precisamente os autodenominados comunistas.

Para ser coerente com a democracia concebida e praticada, supostamente, na perspectiva dos trabalhadores, o partido teria de fundamentar suas relações na livre participação direta dos integrantes da classe na definição do seu programa e na execução das suas ações. Deveria estar a serviço dos interesses da classe e sua direção subordinada às organizações de base. A enunciação desses princípios não foi suficiente para afastar os agentes da CPT Regional Goiás do PT, apesar da progressiva centralização do poder de decisão nas mãos dos seus dirigentes. De igual modo, o paulatino abandono do caráter classista pela burocracia do partido não levou os militantes da Pastoral a romper seus vínculos com ele. De modo geral, assimilaram o discurso de que dentro da estrutura do Estado não é possível fazer mudanças radicais, o que conduz a uma adaptação aos vícios da política institucional denunciados e rejeitados até recentemente.

Dessa análise da relação da CPT Regional Goiás com a política partidária, pode-se concluir que, de uma atitude de desconfiança, quando ainda vigorava o bipartidarismo imposto pelos governos ditatoriais, os seus integrantes passaram a apostar progressivamente na militância em partidos políticos e nas eleições como meio de os trabalhadores ascenderem ao poder institucionalizado e superar sua condição de classe explorada e dominada. As críticas dirigidas contra as relações de poder vigentes, reguladas pelo Estado burguês, não os levaram a rejeitar a participação na política partidária. Ao contrário disso, tanto se deixaram atrair por ela quanto induziram os trabalhadores a acreditar nos partidos como ferramenta política fundamental para a transformação social. O fato mais expressivo desse comprometimento foi a indicação de seus quadros para candidatos a deputado estadual e federal pelo Partido dos Trabalhadores.



### **Referências**

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1987.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. Col. Temas brasileiros.
- CHARLOT, Jean. *Os partidos políticos*. Tradução de Carlos Alberto Lamback. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. Col. Pensamento político.
- D'INCAO, Maria Conceição. *O “Bóia-Fria”*: acumulação e miséria. 9ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LARAÑA, Ildelfonso Camacho. *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. Tradução de J. A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1995.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* Lisboa: Estampa, 1975.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. 2ª ed. – São Paulo: Cheid Editorial, 1980.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Tradução de Arthur Chaudon. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo (1976-2002)*. 2003. 209 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

### **Fontes originais impressas**

- CPT Regional Centro-Sul de Goiás. *Avaliação das atividades de 1986 e programação de 1987*. Reunião da Equipe Ampliada, 28-30 nov. 1986.
- Boletim Informativo* da CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Goiânia, ano I, nº 8, Nov/dez. 1985.
- Boletim Informativo* da CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Goiânia, ano 2, nº 9, jan. 1986.



CPT Regional Centro-Sul de Goiás. *Conclusões da nona assembleia da CPT Centro-Sul de Goiás*. Goiânia, 18-21 jun. 1987.

*O Plantador*. Goiânia, mai./jun. 1986.

*O Plantador*. Goiânia, jul./ago. 1986.

*O Plantador*. Goiânia, set./out. 1986.

*O Plantador*. Nº 34, Goiânia, nov. 1988.

*O Plantador*. Nº 36, Goiânia, 15-30 jan. 1989.

*O Plantador*. Nº 44, Goiânia, 15-30 mai. 1989.

*O Plantador*. Nº 46, Goiânia, 15-30, jun. 1989.

“Reflexões da Equipe da CPT Regional Goiás” (nov. 1990).

CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Relatório da Assembléia Anual da CPT Regional Centro-Sul, 7-10 ago. 1980.

CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Relatório da Assembléia Extraordinária da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, 6-8 jan. 1981.

CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Relatório da reunião da Equipe Ampliada da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, Goiânia, 30 set.-1º out. 1980.

CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Relatório da reunião da Equipe Ampliada da CPT Regional Centro-Sul, 27 fev. 1980.

CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Relatório da Segunda Assembleia Anual da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, 3-6 ago. 1978.

CPT Regional Centro-Sul de Goiás. Relatório das visitas da Coordenação Regional da CPT aos bispos, nov. 1991.

## Entrevistas

Entrevistado A – Ex-coordenador da CPT Goiás. Entrevista gravada em 9/8/2002.

Entrevistado B – Ex-coordenador e assessor da CPT Diocesana da cidade de Goiás. Entrevista gravada em 30/7/2002.

Entrevistado C – Ex-agente da CPT Goiás. Entrevista gravada em 15/8/2002.

Entrevistado D – Coordenador da CPT Regional Goiás até dezembro de 2002. Entrevista gravada em 30/7 e 23/8/2002.

Entrevistado E – Co-fundador e ex-coordenador da CPT Goiás; ex-dirigente do Movimento dos Trabalhadores (MT). Entrevista gravada em 3/9/2002.



Plurais

Virtual

Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

---

Entrevistado F – Pequeno proprietário pioneiro do Projeto de Assentamento da fazenda Mosquito (município de Goiás). Entrevista gravada em 17/6/2006.

Entrevistado G – Ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (Goiás); pequeno produtor no mesmo município. Gravada em 16/6/2006.

Entrevistado H – Pequeno proprietário na localidade de Campinas, município de Itapuranga; fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (Goiás). Gravada em 15/6/2006.

Entrevistado I – Ex-assessor jurídico e ex-coordenador da CPT Diocesana da cidade de Goiás. Gravada em 31/7/2002.

Entrevistado J – Presidente da Associação dos Assentados do P. A. “Lagoa Grande”, município de Heitorai (Goiás). Gravada em 15/6/2006, durante a novena de São João.